

HABEAS CORPUS Nº 565.353 - PR (2020/0058351-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
VITOR EDUARDO TAVARES DE OLIVEIRA - DF031598
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : VIVIANE SANTOS TEIXEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 1570):

APELAÇÃO CRIME - CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO - MOTIVO TORPE - RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA - ABSOLVIÇÃO PELO CONSELHO DE SENTENÇA - RECURSO DA ACUSAÇÃO - VEREDICTO ABSOLUTÓRIO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS - DECISÃO DISSOCIADA DOS ELEMENTOS DE PROVA REUNIDOS NOS AUTOS - ANULAÇÃO - CABIMENTO - SUBMISSÃO DO RÉU A NOVO JULGAMENTO - RECURSO PROVIDO.

Consta dos autos absolvição da paciente pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, do CP, tendo em vista a resposta positiva do Conselho de Sentença ao quesito obrigatório quanto à absolvição. Interposta apelação ministerial, em razão de decisão contrária à prova dos autos, o Tribunal de origem deu provimento, determinando-se nova sessão.

A impetrante argumenta que há constrangimento ilegal, alegando que não pode prosperar tal fundamento indicado pelo *Parquet* e ratificado no acórdão impugnado, devendo ser reconhecida a impossibilidade de reforma da decisão absolutória. Ademais, salienta que as provas conduzem à absolvição de fato.

Por isso, requer, liminarmente, a suspensão da sessão agendada para 23/3/2020, e, no mérito, a confirmação para que seja restabelecida a absolvição.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público manifestou-se pelo não conhecimento.

É o relatório.

DECIDO.

A questão posta nos autos consiste em definir se a anulação da sessão plenária de julgamento do Tribunal de Júri que absolveu a ré em resposta a

quesito genérico, a despeito de reconhecidas materialidade e autoria delitiva, implica violação do princípio da soberania do Tribunal do Júri e seus veredictos.

O acórdão impugnado foi proferido nos seguintes termos (fls. 1594/1597):

[...] 2. Depreende-se da decisão que a ré foi absolvida da imputação do crime de homicídio qualificado por motivo torpe e mediante recurso que impossibilitou a defesa dos ofendidos (CP art. 121, § 2º, I e IV) por cinco vezes, contra as vítimas Alan Fábio dos Santos, Diego Renato dos Santos, Elitom dos Santos Moreira, James Robert dos Santos e Kelvin de Aguiar Pereira, nos autos de Ação Penal nº 000125.70.2016.8.16.0006, em razão da decisão dos jurados **que responderam afirmativamente ao terceiro quesito frente a todas as vítimas – "o jurado absolve a ré?"** –, reunidos em Conselho de Sentença em 27.03.2019 (vide Termo de Votação [mov. 179.8], Ata da 6ª Sessão de Julgamento [mov. 179.9] e sentença [mov. 182.1]).

O Ministério Público sustenta que a decisão dos jurados é **manifestamente contrária à prova dos autos, ante a carência de válido elemento de convicção a justificar a absolvição da ré, havendo, também, incompatibilidade nas respostas dos quesitos; assiste-lhe razão.**

O conjunto de provas deixa clara a autoria delitiva, tanto que conduziu os jurados a responder afirmativamente no segundo quesito, que Viviane Santos Teixeira concorreu para a ocorrência dos fatos "na medida que avisou os executores acerca da presença da vítima".

Por outro lado, **no terceiro quesito, foi também respondido afirmativamente quanto ao questionamento "O jurado absolve a ré?", neste ponto, a decisão proferida pelo Conselho de Sentença é contraditória.**

Constata-se que a absolvição respondida pelos jurados não encontra consonância com a resposta ao quesito afirmativo da autoria e também não encontra amparo no conjunto probatório dos autos.

No tocante às provas, além das documentais e testemunhais, a ré Viviane relata em suma que não tem participação nenhuma, que estava no supermercado Walmart com Alaina, e, após ver a vítima Diego, que tinha rixa com seu namorado (Gabriel), foram embora.

Contudo, **é de se destacar que Juliana Canuto (esposa da vítima Diego), Andressa Santos da Neces (esposa da vítima Elitom), e a própria ré Alaina Aparecida Christo de Lima Mendes (condenada pelos mesmos fatos), afirmaram que Viviane ligou para avisar aos executores que as vítimas estavam no mercado; corroborando com tais informações, a investigadora de polícia Sandra Cristina Bazan relatou que a investigação concluiu que no momento em que Alaina e a Viviane estavam no supermercado uma ligação informando o paradeiro das vítimas foi realizada para os executores.**

Depreende-se, assim, que **a ré aderiu à conduta dos executores, pois sem sua ligação, estes não teriam notícias do paradeiro das vítimas, e não teriam ido até o local (supermercado) para as matar.**

Assim, a decisão de absolvição é contrária à prova dos autos **pois se conclui dos relatos dos depoimentos na persecução penal que a ré concorreu para a prática delituosa.**

No ponto da resposta contraditória de quesitos, verifica-se que a tese da defesa em Plenário é a de negativa de autoria; contudo, reitera-se, os jurados entenderam que Viviane concorreu para a prática criminosa, conforme resposta ao segundo quesito.

E cedejo a prevalência o sistema da livre convicção nas decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, segundo o qual o convencimento dos jurados é formado pela livre e íntima apreciação das provas.

Todavia, o julgamento deve se ater às provas produzidas e às teses defensivas debatidas em Plenário ou emergentes do interrogatório do réu ou relato de testemunhas.

Assim, se a defesa, durante os debates, apresentou tese única de negativa da autoria, reconhecidas pelo Tribunal do Júri a materialidade e a autoria delitiva, impõe-se resposta negativa ao quesito obrigatório, diferente do que ocorreu no presente caso.

Aplica-se à hipótese o disposto no art. 564, parágrafo único, do Código de Processo Penal, assim redigido;

[...]

Desse modo, a decisão dos Senhores Jurados que absolveu a apelada da prática do crime descrito na denúncia é nula, diante da evidente contradição nas respostas dadas e diante da inconformidade com o conjunto probatório.

Sobre o tema, já se pronunciou esta 1ª Câmara Criminal:

[...]

Isto posto, por ser a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos e contraditória nas respostas dos quesitos, impõe-se a anulação do veredito absolutório, para que a ré seja submetida a novo julgamento perante o Tribunal do Júri.[...]

Conforme consta do acórdão impugnado, o caso versa sobre a prática de homicídio duplamente qualificado, tendo-se apontado que a paciente concorreu para o delito porque *aderiu à conduta dos executores, pois sem sua ligação, estes não teriam notícias do paradeiro das vítimas, e não teriam ido até o local (supermercado) para as matar.*

Nos quesitos, os jurados responderam de forma afirmativa pela autoria da paciente, porém, ao responderem ao quesito genérico do art. 483, § 2º, do Código de Processo Penal - "*o jurado absolve o acusado ?*" -, responderam "sim".

O Ministério Público interpôs recurso de apelação pleiteando o reconhecimento da nulidade do julgamento em decorrência de a decisão dos jurados ser manifestamente contrária à prova dos autos.

Nesse contexto, o Tribunal local, diante dos elementos fáticos do caso, reconheceu a nulidade do julgamento, destacando ter observado que *é de*

se destacar que Juliana Canuto (esposa da vítima Diego), Andressa Santos da Neres (esposa da vítima Elitom), e a própria ré Alaina Aparecida Christo de Lima Mendes (condenada pelos mesmos fatos), afirmaram que Viviane ligou para avisar aos executores que as vítimas estavam no mercado; corroborando com tais informações, a investigadora de polícia Sandra Cristina Bazan relatou que a investigação concluiu que no momento em que Alaina e a Viviane estavam no supermercado uma ligação informando o paradeiro das vítimas foi realizada para os executores.

Consta, ainda, no acórdão que o conjunto de provas deixa clara a autoria delitiva, tanto que conduziu os jurados a responder afirmativamente no segundo quesito, que Viviane Santos Teixeira concorreu para a ocorrência dos fatos "na medida que avisou os executores acerca da presença da vítima".

Desse modo, infere-se que a anulação do *decisum* foi baseada no acolhimento da tese ministerial de decisão contrária à prova dos autos, do artigo 593, inciso III, "d", do CPP, havendo análise pelo Tribunal local a respeito do arcabouço probatório que instrui a ação penal.

Com efeito, a inovação legal trazida pelo art. 483, III, do CPP, veio a facilitar a expressão de convencimento dos jurados. Ao prever a Lei n. 11.689/2008 que podem os jurados absolver o acusado mesmo sem rejeitar a existência do fato ou sua autoria (art. 483, inc. III, do CPP), facilitou-se ao juiz leigo o acolhimento de teses quaisquer da defesa ou mesmo expressar diretamente seu convencimento final pela absolvição.

A orientação desta Corte Superior sobre o tema é no sentido de que tal inovação do art. 483, inciso III, do Código de Processo Penal, traz uma liberalidade em favor dos jurados, os quais, soberanamente, podem absolver o acusado mesmo após terem reconhecido a materialidade e autoria delitivas, independentemente da tese sustentada pela defesa na Tribuna, não sendo obstado recurso da acusação para desconstituir tal conclusão.

Cumpra-se destacar que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que não ofende a soberania dos veredictos a anulação de decisão do Tribunal do Júri que se mostre manifestamente contrária a prova dos autos, ainda que os jurados tenham respondido positivamente ao terceiro quesito formulado nos termos do art. 483, § 2º, do CPP. Confira-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JURI. DECISÃO ABSOLUTÓRIA DOS JURADOS. APELAÇÃO INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. ART. 593, III, 'D', DO CPP. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS.

CASSAÇÃO DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. REVISÃO DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

I - O Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso próprio. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.

II - A anulação da decisão absolutória do Conselho de Sentença, manifestamente contrária à prova dos autos, pelo Tribunal de Justiça, por ocasião do exame do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (art. 593, III, 'd', do Código de Processo Penal), não viola a soberania dos veredictos.

III - Negar ao Ministério Público o direito ao recurso nas hipóteses de manifesto descompasso entre o veredicto popular e a prova dos autos implicaria violação à garantia do devido processo legal, que contempla, dentre outros elementos indispensáveis a sua configuração, o direito à igualdade entre as partes. (STF - HC 111207, Segunda Turma, Rel^a. Ministra Cármen Lúcia, SJe 17/12/2012).

IV - Inviável, na esfera do habeas corpus, o reexame da matéria fático-probatória.

Ordem não conhecida (HC 323.409/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/02/2018, DJe 08/03/2018.)

No mesmo entendimento:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO E CORRUPÇÃO DE MENORES. AUTORIA E MATERIALIDADE RECONHECIDAS PELO CONSELHO DE SENTENÇA. ABSOLVIÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO SOB O FUNDAMENTO DE QUE A DECISÃO FOI CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. SUBMISSÃO A NOVO JÚRI. POSSIBILIDADE. SOBERANIA DOS VEREDITOS. INEXISTÊNCIA DE OFENSA. ARGUMENTAÇÃO DE QUE A DECISÃO DOS JURADOS NÃO É CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS INVIÁVEL EM SEDE DE HABEAS CORPUS. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. A Lei n. 11.689/2008 simplificou os quesitos a serem submetidos ao Conselho de Sentença. Após responder acerca da materialidade e da autoria delitiva, os jurados decidirão se o réu deve ser condenado ou absolvido. **Ainda que o Conselho de Sentença tenha respondido positivamente aos quesitos da autoria e da materialidade, é possível a absolvição do réu amparada em qualquer tese defensiva, mesmo que não sustentada em plenário, como decorrência lógica do sistema da íntima convicção e**

consagrado na norma insculpida no inciso III do art. 483 do Código de Processo Penal. Contudo, os veredictos do Tribunal do Júri não escapam completamente do controle judicial. O art. 593, § 3º, do CPP estabelece a possibilidade de recurso contra decisão do Conselho de Sentença que se divorcia da prova dos autos, mas limita essa supervisão a uma única vez.

3. A melhor exegese dos comandos normativos vertidos nos arts. 483, III, § 2º, e 593, III, d, § 3º, do CPP é a de ser possível a absolvição do acusado, mesmo que haja o reconhecimento da materialidade e da autoria delitiva, ainda que única tese defensiva seja a de negativa de autoria. Entretanto, o referido juízo absolutório é passível de ser questionado pela acusação, que poderá manejar apelo fundado no art. 593, III, d, do CPP, sem que o referido recurso signifique desrespeito ou afronta à soberania dos veredictos do Tribunal do Júri. Nesse passo, o juízo absolutório dos jurados se estabilizará e ganhará contornos de plenitude somente após novo julgamento pelo Tribunal Popular que tenha sido determinado em razão de provimento de apelação embasada em contrariedade manifesta à prova dos autos. Isso porque, segundo o § 3º do art. 593 do CPP, não se admitirá novo recurso fundado na alínea d do inciso III do referido dispositivo. Precedentes.

4. Hipótese em que o Tribunal de origem concluiu pela cassação da sentença absolutória com a submissão do paciente a novo julgamento popular com base nos depoimentos testemunhais constantes nos autos, de forma que seria necessário o revolvimento do contexto fático-probatório para a alteração do acórdão impugnado, providência essa que, como cediço, é vedada na via estreita do habeas corpus.

5. Habeas corpus não conhecido (HC 423.575/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. ENTENDIMENTO DO RELATOR RESSALVADO. NOVO ENTENDIMENTO ADOTADO PELA TERCEIRA SEÇÃO DESTE SUPERIOR TRIBUNAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO. TENTATIVA. ART. 121, § 2º, II, III E IV, C/C O ART. 14, II, ART. 129 E ART. 147, TODOS DO CP, EM SUA TOTALIDADE EM CONCURSO MATERIAL, NOS TERMOS DO ART. 69 DO CP. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. QUESITAÇÃO. ART. 483, III, DO CPP. CONTRADIÇÃO NAS RESPOSTAS DOS QUESITOS. TRIBUNAL DE ORIGEM CASSOU DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA. VEREDICTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS.

1. O cerne da controvérsia cinge-se a saber se, no Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença pode absolver o réu em razão do quesito absolutório genérico, previsto no art. 483, III, do Código de Processo Penal - garantia constitucional da plenitude de defesa -, mesmo diante da confirmação da autoria, da materialidade e do elemento volitivo, e quando inexistente pedido expresso nesse sentido, formulado pela defesa ou pela promotoria.

2. Com a ressalva do Relator, a anulação da decisão absolutória do

Superior Tribunal de Justiça

Conselho de Sentença, manifestamente contrária à prova dos autos, pelo Tribunal de Justiça, por ocasião do exame do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (art. 593, III, d, do CPP), não viola a soberania dos veredictos.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1739171/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 25/09/2018.)

Dessa forma, tendo o Conselho de Sentença, embora reconhecida materialidade e a autoria delitiva, absolvido o réu, não há ilegalidade na decisão do Tribunal de Justiça do Paraná que anulou o veredicto e determinou a realização de novo julgamento, sob o argumento de que houve contrariedade à prova dos autos.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator